

O BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Claudia Rotger Sarkis, Suzeley Kalil Mathias - Ciência Política - Relações Internacionais - Departamento de Ciências Sociais e Política Internacional - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Campus de Franca.

A Organização das Nações Unidas (ONU) teve seus princípios, propósitos e estrutura política formulados ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Elaborada pelos Aliados, a intenção da ONU era a de evitar novos conflitos de ordem mundial. Com o surgimento da instituição, surge também o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um dos principais órgãos das nações unidas. Destinado a ser o núcleo do poder político das Nações Unidas, a função do CSNU é a de manter e restaurar a paz e a segurança no mundo. Os Estados membros que o compõem são: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos.

A composição do Conselho de Segurança, o chamado “poder de veto” – capacidade de os Estados membros paralisarem quaisquer processos por meio de seus votos e outros fatores como problemas de representação e representatividade, falta de democracia, falta de transparência no processo de tomada de decisões, a não existência de informes sobre suas atividades, o não cumprimento de suas obrigações, a paralisia institucional, as respostas lentas às ameaças à paz e à segurança internacionais e a coerção feita de maneira arbitrária, são fatores apontados por diversos países como responsáveis pelo descontentamento com este órgão e como argumentos para se exigir que uma reforma seja feita.

Neste aspecto o Brasil, fundador da ONU e membro com maior número, juntamente com o Japão, de mandatos como membro não permanente no Conselho de Segurança, faz parte do grupo de países que exige tal reforma e, mais do que isto, clama por uma participação mais ativa no órgão. Desde 1955, o Brasil coloca em pauta a necessidade de uma reforma na Carta da ONU a fim de modificar os aspectos que, em 1949 já havia apontado como negativos. Em 1989, o presidente Sarney decide, pela primeira vez, propor uma mudança no CSNU. Dentre os aspectos da reforma destacam-se: a adequação da quantidade de membros não permanentes à quantidade de países que se inseriram na organização e a criação de uma nova categoria de membros permanentes, estes sem o privilégio do veto.

Ao discursar em 1992 o Brasil exporia, ainda que timidamente, mais uma vez a necessidade de se reformar o Conselho de Segurança, colocando em evidência a responsabilidade e atitudes do país para instaurar a responsabilidade coletiva e suas contribuições, feitas principalmente através de missões de paz. Em 1993, o ministro Celso Amorim em um ensaio para o que seria no ano posterior explicitado, coloca os pontos que seriam fundamentais em uma possível reforma no Conselho de Segurança. Para o chanceler, a crescente atuação do órgão deveria vir acompanhada de uma crescente representatividade, que garantisse a sua legitimidade e eficácia. Tal mudança deveria ser feita a fim de não agravar o desequilíbrio entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento nos processos decisórios.

No ano seguinte, baseado na decisão do Grupo do Rio de que qualquer ampliação do Conselho de Segurança deveria contemplar a região da América Latina e Caribe, o Brasil fala pela primeira vez de forma explícita sobre sua intenção de obter um assento permanente no Conselho de Segurança. Em 1995, atuante em missão de paz na Angola, o país diz que devem ser inseridos no CSNU países desenvolvidos ou em desenvolvimento que tenham capacidade de atuação e presença efetiva em âmbito global e diz estar pronto para assumir tal posição.

No entanto, assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança requer capacidades em várias esferas. Nesse sentido o Brasil tem como pontos fortes o fato de ser um país fundador das Nações Unidas, com vasta experiência na instituição, presente nos momentos mais importantes desta e membro de todas as suas agências especializadas. Além disso, uma vez que provavelmente os novos membros permanentes seriam divididos de maneira geograficamente equitativa, o Brasil aparece como o “candidato natural” na América Latina. A extensão territorial, população, peso

econômico, história de cooperação, utilização do país de energia atômica apenas para fins pacíficos e o não envolvimento em nenhum conflito armado também favorecem a candidatura brasileira. O Brasil é ainda um país emergente e a sua presença no Conselho de Segurança equilibraria a atual composição de países desenvolvidos do órgão.

No entanto, enquanto o número de habitantes no território brasileiro o coloca em posição favorável, a situação de mais da metade de sua população em pobreza desfavorece esta candidatura. A importância econômica do país também pode incidir negativamente se for avaliada por outro aspecto: a má distribuição de renda presente no território. Mesmo tendo um produto interno bruto avaliado em US\$1.375 trilhões¹, o Brasil tem como ponto fraco não ser grande contribuinte da ONU e estar atrasado com seus pagamentos. Japão e Alemanha economicamente teriam maiores chances no pleito uma vez são, há uma década, os segundo e terceiros maiores contribuintes para o orçamento regular da ONU. Além disto, as Nações Unidas sofrem hoje de carência econômica e este acaba sendo um dos elementos fundamentais nos debates acerca da reforma, o que também acaba sendo positivo para os países desenvolvidos em detrimento do Brasil. A candidatura do Brasil como natural na América Latina é outro argumento que pode ser barrado por opositores que encontramos dentro do continente, como o México e a Argentina. O Uruguai, por sua vez, apesar de não se pronunciar contra também não se pronunciou a favor da candidatura brasileira.

A ocupação com um assento permanente no Conselho de Segurança seria ambivalente para o Brasil na atualidade. Por um lado, traria maior presença para o país dentro da ONU e no cenário internacional, evidenciando suas características de potência, capacidade de representação dos Estados menores, estabelecendo novas alianças e aprofundando sua estratégia como ator global. No papel de ator central na organização, o Brasil teria mais espaço para propor temas e vias de ação de seu interesse particular, bem como influenciar e aumentar ainda mais sua participação nos assuntos de paz e segurança internacionais.

Por outro lado, os custos que o Brasil teria que arcar com seu ingresso como membro permanente seriam dispendiosos demais. São custos políticos, militares e sociais que poderiam prejudicar a manutenção interna do Estado. Estado este que, dada a dimensão de sua disparidade social e pobreza talvez não conseguisse conciliar duas atividades tão díspares.

Apesar de hoje parecer ser consenso entre os 191 Estados-Membros da ONU de que uma mudança na estrutura da organização como um todo e do Conselho de Segurança em particular seja necessária, a efetivação destas mudanças que já são debatidas há 60 anos é extremamente difícil de ocorrer uma vez que, como previsto no artigo 108 da Carta das Nações Unidas “As reformas da presente Carta entrarão em vigor para todos os membros quando tenham sido adotadas por duas terças partes dos membros da Assembleia Geral e ratificadas, em conformidade com seus respectivos procedimentos constitucionais por duas terças partes dos membros das Nações Unidas, incluindo todos os membros permanentes do Conselho de Segurança”.

O consenso sobre a necessidade de reforma não significa um consenso sobre os moldes da reforma e infelizmente o trabalho de cooperação em prol da paz e segurança internacionais ainda são barrados por interesses particulares das potências. A mudança estrutural do Conselho de Segurança talvez só seja alcançada quando os membros permanentes não mais se utilizarem do direito de veto, o que se torna um problema cíclico, uma vez que o direito de veto só pode ser extinguido com o voto dos que dele fazem uso.

Referências Bibliográficas:

A Carta da ONU e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Nova Iorque. Departamento de Informações Públicas, 1993.

¹ Dados do Banco Mundial em dezembro de 2004.

FONSECA Jr., Gelson. *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU*, 1998-1999. Brasília, FUNAG, 2002.

MALONE, David, org. *The UN Security Council: from the Cold War to the 21st century*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2004.

www.onu-brasil.org.br.

Bolsa: CNPq/PIBIC